



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE PRODUTOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE INTELIGÊNCIA

PROJETO BÁSICO Nº 10/ 2022 - CGINT

PROJETO BÁSICO

(Processo Administrativo n.º 60090.000296/2021-61)

1. OBJETO

1.1. Aquisição de Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) de Classe 3, que seja capaz realizar voos acima de 400ft, em BVLOS em todo o espaço aéreo FG, com capacidade de pouso e decolagem na vertical VTOL e seus periféricos;

1.2. O SARP, assim entendido como o sistema com todos os seus componentes, deverá ser constituído por, no mínimo, 1 (uma) aeronave não tripulada de asa fixa com capacidade de decolagem e pouso vertical (VTOL - *vertical take-off and landing*), equipada com sensores eletro-óptico e infravermelho de vídeo, ambos com capacidade para geração de vídeos diurnos e noturnos de alta qualidade, câmera fotográfica de alta resolução e todos os dispositivos e acessórios necessários à pilotagem segura e estável da aeronave, à transmissão de dados de telemetria e imagens de interesse do órgão licitante, bem como ao processamento digital de imagens em 3 (três) dimensões;

1.3. O SARP deverá ser operado por, no máximo, 2 (duas) pessoas e deverá ser acomodado em no máximo duas caixas com o tamanho máximo que a ANAC permite como bagagem despachada por via aérea comercial. E ainda deverá possuir caixas anti-fogo para transporte das baterias que sejam possíveis de ser transportadas por via aérea comercial;

1.4. Deverá incluir CLS (Customer Logistics Services) completo por 36 (trinta e seis) meses incluindo peças, manutenções e atualizações de softwares contemplando no mínimo 450 (quatrocentos e cinquenta) horas de voo considerando cerca de 150 (cento e cinquenta) horas/ano por equipamento;

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, sendo que o item 18 do grupo 4 poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos de 12 meses com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses na forma dos incisos I e II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Treinamento completo de pilotos para voos BVLOS acima de 400ft, incluindo taxas e custos relacionados aos exames de habilitação. Sendo seis pilotos no 1º ano e quatro pilotos nos dois anos subsequentes totalizando quatorze piloto;

1.7. Tabela:

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	0602744	Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) de Classe 3, que seja capaz realizar voos acima de 400ft, em BVLOS em todo o espaço aéreo FG, com capacidade de pouso e	01	UN	372.549,00	372.549,00

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
			decolagem na vertical VTOL com computador de bordo e geo localizado com RTK GPS+GLONASS L1/L2);				
	2	0602744	Sistema de propulsão com baixa audibilidade para operações sigilosas a 2500ft; (*) Compatível com a aeronave especificada no item 01	01	UN	98.034,86	98.034,86
2	3	0602744	Sensor Aerofotogramétrico R, G, B com no mínimo 24Megapixel;	01	UN	24.600,00	24.600,00
	4	0602744	Sensor para mapeamento multiespectral (Azul, Verde, Vermelho, Rededge e Nir);	01	UN	31.000,00	31.000,00
	5	0602744	Camera EOLWIR -EO FullHD com 30X zoom ótico permitindo identificação de pessoas e veículos -LWIR SD com lente fixa de 50mm permitindo detecção de pessoas e reconhecimento de veículos;	01	UN	373.286,57	373.286,57
	6	0602744	Sistema de processamento de alvos para ISR com rastreamento de alvos e cenas e apontamento estimado para coordenadas estabelecidas pelo operador, além de georeferenciamento estimado de alvos;	01	UN	85.400,00	85.400,00
	7	0602744	Enlace opcional C2 com alcance entre 60 e 100 km e conexão Wifi com notebook ou similar;	01	UN	348.046,00	348.046,00
	8	0602744	Galão de combustível metal 20 litros Inmetro;	04	UN	420,00	1.680,00

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	9	0602744	Notebook de controle compatível com o sistema e operação;	02	UN	25.000,00	50.000,00
	10	0602744	Estação base RTK 11 12 com tripé e base nivelante;	01	UN	19.050,00	19.050,00
	11	0291697	Case anti chamus para transporte de baterias em aviões. no padrão ANAC;	05	UN	221,00	1.105,00
	12	0603260	Bateria adicional;	04	UN	14.200,00	56.800,00
	13	0602744	Sistema BVLOS para acesso ao espaço aéreo FG para voo acima de 400ft;	01	UN	49.800,00	49.800,00
	14	03948	Licenciamento CAER para voo BVLOS acima de 400ft em classe FG (Despacho para emissão de CAER incluindo pagamento de TFACs, seguro, inspeção de fiscal da ANAC);	01	UN	13.800,00	13.800,00
3	15	21172	Treinamento BVLOS Acima de 400ft completo para 6 pilotos no primeiro ano do contrato;	06	UN	15.622,25	93.733,50
	16	21172	Treinamento BVLOS Acima de 400ft completo para 4 pilotos no segundo ano do contrato;	04	UN	15.622,25	62.489,00
	17	21172	Treinamento BVLOS Acima de 400ft completo para 4 pilotos no terceiro ano do contrato;	04	UN	15.622,25	62.489,00
4	18	19879	Logística customizada completa por 36 meses (peças e manutenções considerando 150 horas/ano por equipamento);	01	UN	368.653,50	368.653,50

GRUPO	ITEM	CÓDIGO CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES	UNID.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
TOTAL							2.112.516,43

1.8. Por se tratar de único fornecedor no mercado para a solução demandada por este Censipam, não havendo competição no mercado, foi apresentado pelo fornecedor e incluído nos autos a declaração de exclusividade (ID 4832860) e notas fiscais de outros clientes da empresa XMOBOTS AEROESPACIAL E DEFESA LTDA. (ID 4835118).

1.9. Ressalta-se que o objeto da contratação é singular no mercado, tendo em vista que o equipamento é o único capaz de realizar voos acima de 400ft (120 metros), no modo BVLOS, em todo o espaço aéreo FG (Flight Golf) acima de 1000ft (300 metros) sobre o terreno, com capacidade de pouso e decolagem na vertical VTOL (Vertical Take-Off and Landing).

1.10. Pelos motivos elencados, a presente contratação se dará por inexigibilidade de licitação em atenção ao caput do Art. 25 da lei geral de licitações Nr. 8.666/93.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO PRODUTO E/OU SERVIÇO A SER ADQUIRIDO OU CONTRATADO

2.1. Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP)

Este item é composto, no mínimo, pelos seguintes componentes:

- 01 Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) de Classe 3, que seja capaz realizar voos acima de 400ft, em BVLOS em todo o espaço aéreo FG, com capacidade de pouso e decolagem na vertical VTOL com computador de bordo e geo localizado com RTK GPS+GLONASS L1/L2);
- 01 Sistema de comunicação com enlace C2 de apontamento automático em azimuth e elevação com 10 graus de acurácia e antena, com comunicação em radiação restrita e caráter secundário, com alcance entre 20 e 30 km e conexão Wi-fi com notebook ou similar.
- 01 Conjunto de softwares e licenças necessários para o controle da operação e pós processamento dos dados adquiridos;
- 02 Pares de Baterias;
- 02 Carregadores de Baterias;
- 04 Galões de combustível metal 20 litros Inmetro
- 01 Kit Ferramentas para revisão de primeiro e segundo escalão;
- 01 Kit de peças para revisões de primeiro e segundo escalão até a revisão de 120h;
- 01 Caixa de Transporte com o tamanho máximo que a ANAC permita como bagagem despachada por via aérea comercial;
- 01 Documentação do RPAS necessários para o voo BVLOS.

(*) Todos os itens compatíveis com a aeronave especificada no item 01

2.2. Características Gerais

- O SARP de Classe 3 deverá ser capaz de realizar voos acima de 400ft (120 metros), no modo BVLOS, em todo o espaço aéreo FG acima de 1000ft (300 metros) sobre o terreno, com capacidade de pouso e decolagem na vertical VTOL (Vertical Take Off and Landing) que seja operado por, no máximo, 2 pessoas e deverá ser acomodado em no máximo duas caixas com o tamanho máximo que a ANAC permita como bagagem despachada por via aérea comercial e que possuam as seguintes características mínimas:
 - Carga útil configurada para aplicações de mapeamento aerofotogramétrico e vigilância (ISR - Intelligence, Surveillance and Reconnaissance);
 - Aeronave homologada ou autorizada pela ANAC a voar acima de 400ft;
 - Capacidade de pouso emergencial;
 - Desempenho/Autonomia (LRC Speed, SL, ISA Conditions) (Payload 13kg EO/IR+GMTI) maior que 3hs;
 - Alcance mínimo de 20km;
 - Proteção Chuva <8mm/h;
 - Teto Operacional acima de 10.000ft;
 - Temperatura de operação -10 a +50 °C;
 - Capacidade de voo com ventos de até 50 Km/h;
- Sensores Aviônicos:

- o AFS primário (Automatic Flight System);
 - o IMU (Inertial movement unit) acelerômetro, girômetro, magnetômetro;
 - o Airspeed;
 - o Barométrico;
 - o RPM;
 - o Temperatura CHT;
 - o Nível;
 - o Posição de nível das superfícies;
 - o Temperatura externa;
- Sensores de Navegação GNSS:
 - o Constelações GPS Frequências L1 (L1C/A), L2 (L2C/L2E), L5 (L5Q);
 - o Constelações Glonass Frequências G1 (L1C/A), G2 (L2C/A), G3 (CDMA);
 - o Constelações Galileo1 Frequências E1 (E1-B/C), E5a , E5b, E5AltBoc;
 - o Constelações Beidou1 Frequências B1 (B1I), B2 (B2I);
 - o Operação das correções da Base RTK Diferencial;
 - o Operação das correções pagas por serviço OmniSTAR1, Trimble RTX1;
- Capacidade de navegação inercial com referências visuais no solo para pouso degradado;
- Capacidade de RTH Retorno automático para pouso caso algum parâmetro do voo torne a continuidade do voo inseguro:
 - o Perda de C2; (Comando e Controle)
 - o Sinal fraco de C2; (Comando e Controle)
 - o Vento forte;
 - o GNSS (sinal fraco, baixo numero de satélites e erro alto);
 - o Propulsão (temperatura, rpm e nível de combustível);
 - o Potencia (bateria baixa);
 - o Outros.
- Terminação de voo automática por meio de paraquedas caso algum parâmetro do voo torne a continuidade do voo impossível;
- Terminal de dados (datalink) com apontamento automático, criptografia AES128bits ou melhor e alcance de comunicação mínimo de 20km (BVLOS);
- Pintura de baixa detectabilidade visual e o sistema de propulsão de baixa audibilidade em voos a 2500ft AGL;
- Caixa protetora para armazenamento e transporte do tipo Flight Case;
- Caixas anti-fogo para transporte das baterias que sejam possíveis de ser transportadas por via aérea comercial;
- Software capaz de realizar planejamento e execução de voo e suas respectivas licenças:
 - o Interface baseada em moving map que possibilite a localização de proa da aeronave, trajetória, missão planejada, altimetria, perfil de rádio e informações do payload;
 - o Interface de informações críticas para o voo do SARP, incluindo grupo de alertas, botões de comando, além dos grupos de altitude, velocidade, monitoramento e orientação do SARP;
 - o Interface que mostre de forma visual os logs dos voos; ferramentas para analisar informações, permitindo, por exemplo, contabilizar os ciclos de voo ou identificar possíveis anomalias ou falhas;
 - o Interface que permita acessar o registro da aeronave, incluindo dados de manutenção e caderneta de voo;
- Software de pós voo capaz:
 - o Visualizar a trajetória da aeronave (no mapa, incluindo waypoints), com a opção de medir distâncias;
 - o Visualizar os gráficos das variáveis medidas pelo sistema durante toda a missão (i.e. número de satélites rastreados, número de satélites utilizados, erros de navegação, spoofing/jamming/RAIM, ângulo de arfagem, ângulo de rolagem, ângulo de guinada, direção do vento, proa, GSI/ASI, RPM, altitude, elevação do terreno, VSI, modos de voo, alertas, enlace, dados de autonomia, entre outros);
 - o Cruzar informações de diferentes variáveis medidas na missão;
 - o Acessar as coordenadas da aeronave, incluindo as últimas coordenadas antes da perda de enlace (para motivos de resgate);
 - o Registrar as manutenções realizadas em campo digitalmente;
 - o Registrar as manutenções executadas em oficinas especializada;
 - o Processamento de dados de fotogrametria, incluindo a criação de Modelos de Elevação Georreferenciados, Ortomosaicos, compatível com imagens NIR, RGB, Infravermelhas e Multiespectrais.
- Sensor Aerofotogramétrico R, G, B com no mínimo 24Megapixel e lente fixa de 20mm;
- Sensor Aerofotogramétrico multi espectral R, G, B, RedEdge e Nir, com no mínimo 12Megapixel;
- Base RTK, GNSS de dupla frequência e multi-constelação;
- Sensor giro estabilizado com sensor eletro-ótico (visível) e infra-vermelho termal (LWIR) acoplado em um gimbal giro-estabilizado por sistema inercial permitindo realização de missões ISTAR diurnas e noturnas;
- Sensor com velocidade minima de 120 graus/sec e limitação de rotação em pan 360° contínuos limitação de rotação em tilt de -90 a + 10 graus, formato de vídeo digital H265;
- Sensor EO com resolução de 1920x1080 pixels e profundidade de 24 bits (3 x 8bits RGB) sistema de visualização noturna em ambientes com no mínimo 0,1lux (lua e céu limpo) com taxa de 25Hz, WFOV 63 Graus, NFOV 2,1 Graus, ZOOM 30X, resolução a 2500ft AGL de no mínimo 1,5cm;

- Sensor IR Tipo LWIR Sensor 7.5-13.5µ uncooled com resolução mínima de 640x512 pixels e taxa de 9Hz, WFOV 5.5 Graus, NFOV 4.4 Graus e resolução a 2500ft AGL de no mínimo 12cm;
- Sistema de Inteligência Artificial capaz de realizar em tempo real as seguintes funcionalidades:
 - Rastreamento de pessoas, carros e barcos;
 - Rastreamento de múltiplos alvos;
 - Indicador de alvos móveis;
 - Apontamento para coordenadas pré estabelecidas;
 - Georreferenciamento de alvos;
- Treinamento completo de pilotos para operação de RPAS classe 3 BVLOS e acima de 400ft, incluindo taxas e custos relacionados aos exames de habilitação. Sendo seis pilotos no 1º ano e quatro pilotos nos dois anos subsequentes totalizando quatorze pilotos;
- Treinamento deverá ter no mínimo 30h de teoria e 30h de prática de voo;
- O programa de treinamento ofertado deverá ter programa didático aceito pela ANAC como meios de habilitar um piloto de RPAS;
- Acompanhamento dos alunos da inspeção de piloto de RPAS da ANAC;
- A contratada deve arcar com todas as despesas relativas a taxas da ANAC para emissão da habilitação;
- Serviço Logístico ao Cliente CLS (Customer Logistics Services) completo por 36 (trinta e seis) meses incluindo peças, manutenções e atualizações de softwares contemplando novecentas horas de voo considerando cerca de 150 (cento e cinquenta) horas/ano por equipamento;

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Com o aumento das demandas pelo desenvolvimento de novos produtos operacionais para atendimento à demandas internas e a parceiros, o CENSIPAM tem buscado participar, junto com estes, da elaboração, aplicação e monitoramento na Amazônia Legal. Nessa via de mão dupla, os demandantes têm encontrado no CENSIPAM não apenas um órgão de apoio às ações de sua própria competência, mas também um desenvolvedor de soluções para questões de monitoramento ambiental, muitas vezes de alta complexidade;

3.2. Considerando ainda, a crescente demanda de solicitação de uso de aeronaves remotamente pilotadas para apoio a operações em campo, pelas áreas de Inteligência, Operacional, Técnica e Administrativa do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, e nos Centros Regionais (CR) e por instituições parceiras, houve a necessidade aumentar ainda mais a capacidade técnica, o alcance operacional e a eficiência por meio de aquisição de novos Drones com capacidade de voo BVLOS (Beyond Visual Line Of Sight) com intuito de contribuir na execução de projetos e ações estratégicos voltados para a proteção da Amazônia Legal e da Amazônia Azul;

3.3. A alta vulnerabilidade das equipes em campo, em particular quanto a segurança física dos agentes e do sigilo das operações em regiões de ilícitos ambientais, torna cada vez mais necessário a utilização de Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) com maior autonomia e alcance. É muito comum que em alguns desses locais os infratores possuam uma rede de proteção que conta com "seguranças armados" e informantes que alertam sobre a presença de fiscais e agentes do Estado Brasileiro;

3.4. A disponibilidade de informações de sensores de superfície e de imagens orbitais e aerotransportadas é fator crítico de sucesso para atendimento das demandas de programas, projetos e atividades do Censipam e de seus parceiros. As características meteorológicas/climáticas, hidrológicas da Amazônia Legal e o uso e ocupação do território amazônico requerem o domínio de coleta, processamento, interpretação e análise dessas imagens e dados;

3.5. Com o avanço da tecnologia e da necessidade de informações sobre alagamentos e inundações provenientes das cheias dos rios ou ocasionadas por tempestades severas, praticamente em tempo real, os objetivos propostos no projeto necessitam de ajustes no procedimento de coleta de dados precisos sobre o comportamento das vazões dos sistemas de drenagens, assim como do mapeamento das ocupações e da topografia do terreno das áreas urbanas suscetíveis a estes problemas, a fim de criar sistemas de monitoramento e modelos de previsão de curto e curtíssimo prazo, para atender às demandas dos órgão parceiros, assim como da população diretamente atingida;

3.6. Considerando a alta vulnerabilidade das equipes em campo, em particular quanto a segurança física dos agentes e do sigilo das operações em regiões de ilícitos ambientais, torna cada vez mais necessário a utilização de um Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada com maior autonomia e alcance pois é muito comum que em alguns desses locais fiscalizados, os infratores possuam uma rede de proteção que contam com seguranças armados e informantes capazes de alertá-los sobre a presença de fiscais e agentes do Estado Brasileiro;

3.7. Para tal, entende-se que é urgente a necessidade de aquisição de um SARP, que seja capaz realizar voos além da linha de visada visual BVLOS, que tenha autonomia mínima de duas horas e que seja capaz de realizar legalmente voos acima de 120m. É desejável ainda que tenha baixa emissão de ruídos, que seja resistente a chuvas, que tenha alcance maior que 10km além da capacidade de pouso e decolagem na vertical para que seja possível iniciar e concluir missões a partir de pequenas áreas ou até mesmo de clareiras na floresta com especial atenção às restrições quanto aos locais de decolagem e pouso;

3.8. Entende-se que, cada vez mais é necessário o uso dos avanços da tecnologia para monitorar, rastrear e detectar as infrações ambientais na Amazônia Legal. E com a aquisição pretendida o Censipam estará no “estado da

arte” e ampliará consideravelmente a capacidade de cobertura das aeronaves e, consequentemente, isso potencializará os efeitos do combate a ilícitos ambientais e crimes transfronteiriços em toda a região amazônica, cumprindo assim sua missão institucional;

3.9. O CENSIPAM, através do Processo nº. 60093.000548/2017-46, realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 37/2017, o qual gerou a Ata nº 28/2017 (0814409) firmada junto à empresa E S RIBEIRO ME, cujo objeto foi a aquisição de aeronaves não tripuladas (drone profissional) mais kit de peças sobressalentes para os objetivos propostos no projeto Amazônia SAR. e através do Processo nº. 60092.000228/2018-87, realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 30/2019, o qual gerou a Ata nº 03/2020 (2771020) firmada junto à empresa Santiago e Cintra, cujo objeto foi a aquisição de aeronaves não tripuladas (drone profissional) mais kit de peças sobressalentes para os objetivos propostos no projeto SipamHidro. As referidas atas se esgotaram e foram executadas em sua totalidade.

3.10. Esta aquisição visa atender às necessidades específicas dos projetos e atividades desenvolvidas pelo CENSIPAM. As especificações desta aeronave se diferenciam do processo de aquisição anteriormente realizado pelas características de acesso ao espaço aéreo e nos sensores e sistemas acoplados a aeronave.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Conforme documento de referência (5158148) da Coordenadora de Orçamento e Finanças, a Dotação Orçamentária para aquisição de Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada (SARP) de Classe 3, que seja capaz realizar voos acima de 400ft, em BVLOS em todo o espaço aéreo FG, com capacidade de pouso e decolagem na vertical VTOL e seus periféricos, será conforme a itens a seguir:

- a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- c. Fonte: 100;
- d. Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento Ambiental;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168624;
- f. Natureza da Despesa: Grupos do item 1.7

- 1. - 44.90.52.02 - Aeronaves
- 2. - 44.90.52.41 - Equipamentos de TIC - Computadores
- 3. - 33.90.39.48 - Serviço de Seleção e Treinamento
- 4. - 33.90.39.85 - Serviços em Itens Reparáveis de Aviação

g. Código do Sistema PTA/2022: 037/22 – Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) Asa Fixa (BVLOS) para CGINT.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Caberá a empresa contratada o cumprimento, no que for cabível, da IN/SLTI nº 01/2010, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental;

5.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.3. A contratação também requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - Agosto/2021 - 4ª edição.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de até 180 dias contados a partir da data de assinatura do contrato ou envio do pedido de compra ou envio da ordem de empenho no seguinte endereço: CENSIPAM - Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF - CEP: 70610-200 - Fone: (61) 3214-0276/297;

6.2. O horário estabelecido para recebimento dos bens será de 9h às 12h00min e de 14h às 17h nos dias úteis;

6.3. Caso haja o parcelamento do item 1, o material item 2 (kit) será entregue na mesma quantidade do item 1 (Aeronave Remotamente Pilotada - ARP), por se tratar de peças sobressalentes da Aeronave Remotamente Pilotada - SARP;

6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo 15(quinze) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as

especificações constantes neste Projeto Básico;

6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Contrato e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor total ou proporcional correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato/Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Contrato/Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade de no mínimo 36 (trinta e seis) meses contados da data de assinatura do termo de recebimento;

8.3. O objeto deve estar acompanhado do:

8.3.1. Manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.3.2. Autorização de Projeto de RPAS classe 3 para voos BVLOS e acima de 400ft, nos termos da Subparte E do RBAC-E 94, da ANAC (ou certificação aeronáutica superior), de ao menos um dos produtos que constam na linha de fabricação do fornecedor como critério para qualificação do fabricante/fornecedor durante o processo licitatório;

8.3.3. Cópia autenticada de ofício de habilitação do piloto de RPAS para voo acima de 400ft emitido pela ANAC para o piloto que será instrutor deste contrato;

8.3.4. Cópia autenticada de ofício de habilitação de pilotos de RPAS para voo acima de 400ft emitido pela ANAC que receberam treinamento da licitante. Neste caso, número de ofícios de habilitação de piloto treinados pela licitante deve ser igual ou superior ao número de pilotos a serem habilitados nesta aquisição;

8.3.5. Certificado de Matrícula (ou documentação similar) emitido pelo Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB), nos termos da Resolução ANAC nº 293, de 9 de novembro de 2013, como critério para o recebimento definitivo;

8.3.6. Certificado de aeronavegabilidade válido para operações acima de 400ft e BVLOS, nos termos da Subparte F do RBAC-E 94 e do RBAC 21, como critério para o recebimento definitivo;

8.3.7. Nota Fiscal;

- 8.3.8. Documentação comprobatória de que os equipamentos de telecomunicações utilizados no em todos os componentes e acessórios do sistema atendem às exigências do Regulamento de Avaliação da Conformidade e de Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução ANATEL nº 715, de 23 de outubro de 2019;
- 8.3.9. Certificado de Registro de Produtos Controlados emitidos para os componentes eventualmente relacionados no R-105 (Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados), aprovado pelo Decreto Federal nº 3.665, de 20 de novembro de 2000;
- 8.4. Licenças vitalícias para uso dos softwares fornecidos com o sistema, e atualizadas pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses ou até findar a garantia;
- 8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.7. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
- 9.2. Para integração, fornecimento e instalação pela CONTRATADA, a mera aquisição de insumos, bens e componentes não caracteriza subcontratação;
- 9.3. Em caso de necessidade de subcontratação, deverão ser subcontratadas, obrigatoriamente, microempresas e/ou empresas de pequeno porte, devendo as mesmas serem indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos/prestados e seus respectivos valores, em conformidade com o artigo 48, inciso II, da LC 123/2006;
- 9.4. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto 8.538, de 2015.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:
- 10.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 10.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 10.1.3. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 11.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;
- 11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.5. Recomenda-se ao fiscal de contrato que utilize como ferramenta no controle durante a execução contratual o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) conforme modelo no Apêndice I.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura conforme cronograma de execução e entrega sendo no máximo 50% à vista e 50% na entrega do equipamento, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

12.2. O objeto da contratação refere-se principalmente à aquisição de bens, já o regime de execução contratual atrelado aos serviços correlatos será o de empreitada por preço global, por demonstrar-se o mais adequado para a execução dos serviços, em razão da contratação dos serviços por preço certo e total.

12.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

12.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato;

12.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

12.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

12.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

12.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

12.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

12.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.13. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

12.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

12.15. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE;

12.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

12.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

12.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6/100) <hr/> 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	----------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento;

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Por não se tratar de contrato continuado que contemple mão de obra, não se aplica a utilização de garantia de execução.

15. DA GARANTIA TÉCNICA

15.1. A CONTRATADA deverá oferecer CLS (Customer Logistics Services) completo por 36 meses incluindo peças, manutenções e atualizações de softwares contemplando no mínimo 450 horas de voo considerando cerca de 150 horas/ano por equipamento, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos, diretamente ou por meio de rede credenciada/autorizada;

15.2. A assistência técnica deverá contemplar a solução completa, incluindo softwares e equipamentos;

15.3. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado localmente (problemas nos equipamentos, configurações que necessitem de presença física, etc.);

15.4. Durante o período de vigência da garantia técnica todos os serviços (reparos, substituições, atendimentos, etc.) deverão ser prestados sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE;

15.5. A assistência técnica deverá estar disponível de segunda-feira a sexta-feira em horário comercial, exceto nos feriados;

- 15.6. A manutenção dos equipamentos com eventuais defeitos durante o período de garantia ficará a cargo da CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, cabendo aquela efetuar o conserto ou troca de peças defeituosas;
- 15.7. Os serviços corretivos, quando solicitados, deverão ser executados no local onde se encontrarão instalados os equipamentos ou na assistência técnica autorizada, desde que esta substitua o equipamento com defeito por outro, durante o período de reparo. Todas as despesas com transporte, frete, seguro, bem como a responsabilidade pela retirada (desinstalação) e entrega (reinstalação) dos equipamentos serão por conta da CONTRATADA;
- 15.8. A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA na eventualidade dos prazos mencionados no **item 6.1** não serem cumpridos, ficando a CONTRATADA intimada a apresentar justificativa plausível em um prazo de 05 (cinco) dias corridos, que será avaliada e julgada pela CONTRATANTE, a qual decidirá sobre a aplicabilidade das sanções previstas no Edital e seus anexos;
- 15.9. Quando do recebimento definitivo do objeto será assinado Termo de Garantia pela CONTRATADA, conforme especificações do fabricante e condições estipuladas no presente Projeto Básico, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.087/90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 15.10. A garantia técnica aqui descrita deverá ser prestados diretamente pela CONTRATADA e/ou assistência técnica autorizada e/ou pelos fabricantes dos produtos;
- 15.11. A garantia técnica deverá abranger a manutenção corretiva com a cobertura de todo e qualquer defeito apresentado, contemplando a substituição de peças, partes, componentes e acessórios, sem representar qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 15.12. O descumprimento das disposições mencionadas acima, ou qualquer outra disposição deste Projeto Básico, poderá sujeitar a CONTRATADA as sanções administrativas estabelecidas neste instrumento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 16.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. Cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 16.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
- 16.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 16.2.3. Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 16.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Projeto Básico;
- 16.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- 16.2.9. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

16.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 16.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 16.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- 16.6. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;
- 16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR;
- 16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;
- 16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;
- 16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ **2.112.516,43 (Dois milhões, cento e doze mil quinhentos e dezesseis reais e quarenta e três centavos).**

18. ELEMENTOS CONSTITUTIVO

- 18.1. Apêndice I: Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

•

Projeto Básico - Modelo para Inexigibilidade – Compras

Atualização: Dezembro/2022

Elaboração:

DARLÔ BARBOSA DA SILVA SOBRINHO

Integrante Requisitante

RAFAEL RODRIGUES NEVES

Integrante Administrativo

EDUARDO JOSÉ DE CARVALHO

Integrante Técnico

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesa

Aprovo, de acordo com o art. 7º, 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, bem como a Delegação de Competência prevista na Portaria nº 3.571/DIGER de 29 de junho de 2022.

HÉLCIO VIEIRA JUNIOR

Diretor Operacional

APÊNDICE I

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

CONTRATO Nº/.....

EMPRESA:					MÊS:				
Indicador: ANÁLISE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL									
LEGENDA:	ÓTIMO = O	BOM = B	REGULAR = R	INSATISFAÇÃO = I	NÃO APLICÁVEL = N				
DESCRIÇÃO	Itens Avaliados - Serviços/Procedimentos				O	B	R	I	N
Ordem de Serviço	1. Atendimento das OS em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação do Fiscal.								
	2. Pessoal qualificado para execução dos serviços.								
	3. Na execução dos serviços foram utilizados materiais, ferramentas e equipamentos adequados.								
	4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.								
Execução dos Serviços	5. Executou os serviços dentro do prazo estipulado no Projeto Básico.								
	6. Peças, suprimentos e acessórios genuínos e/ou originais.								
	7. Garantia dos Serviços e Peças dentro do prazo estipulado no Projeto Básico.								

Treinamento	8. Executou os treinamentos dentro do prazo estipulado no Projeto Básico.					
	9. Os profissionais treinados são capazes de atuarem sem supervisão.					
SUBTOTAL = Totalização dos itens para cada grau de satisfação						
TOTAL(*) de quesitos avaliados						

(*) Na totalização de quesitos avaliados **não** deverá ser considerado os itens **N** (não aplicáveis).

Nº de quesitos pontuados/Grau de Satisfação	O	B	R	I
TOTAL (*) de quesitos avaliados no período				
(**) Percentual de Avaliação/Grau de Satisfação	O	B	R	I
(***) Percentual de Avaliação				

(**) Número de quesitos pontuados correspondentes a cada grau de satisfação dividido pelo total de quesitos avaliados.

(***) Somatória dos percentuais apurados para as seguintes graduações: **ÓTIMO** e **BOM**.

FAIXA DE AJUSTE PARA O PAGAMENTO DA FATURA MENSAL	
100% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultados entre 80% a 100% conceitos ótimo.
95% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultados entre 60% a 79% conceito bom.
90% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultados entre 50% a 59% conceito regular.
80% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultados entre 40% a 49% conceito insatisfatório.
70% da Nota Fiscal ou Fatura	Para resultados abaixo de 40% conceito insatisfatório.
<p>- Para resultados abaixo de 40% conceito insatisfatório, a contratada além do desconto previsto na Faixa de ajuste de Pagamentos ficará sujeita às sanções devidas por descumprimento contratual, conforme previsto no item 15 do Termo de Referência.</p> <p>- NOS CASOS DE OCORRÊNCIA DE PERCENTUAIS QUE SE ENCAIXEM EM DUAS OU MAIS FAIXA DE AJUSTE PARA O PAGAMENTO DA FATURA, APLICAR-SE-Á O MAIOR DESCONTO.</p>	
OBSERVAÇÕES:	
<p style="text-align: right;">Brasília-DF,.....de de 2023.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Fiscal do Contrato</p>	



Documento assinado eletronicamente por **Darlo Barbosa da Silva Sobrinho, Supervisor(a)**, em 28/12/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo José de Carvalho, Supervisor(a)**, em 28/12/2022, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Neves Rodrigues, Fiscal Administrativo**, em 28/12/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 29/12/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Hélcio Vieira Junior, Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5968395** e o código CRC **2F6064AD**.
